



ACTA N.º 4/2005

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 30 DE JUNHO DE 2005

Aos trinta dias do mês de Junho, de dois mil e cinco, no salão nobre dos Paços do concelho, sito no Largo da República desta cidade, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e nove membros que a compõem, faltaram os senhores Deputados: Diamantino Caçador, José Maria Pedrosa, José Verdasca Rodrigues, Lia Ferreira, Mário Correia, Olegário Angélico, Paulo Marques, Rui Caseiro e Susana Silva.

Os senhores Deputados Olegário Angélico e Susana Silva, comunicaram antecipadamente a sua ausência à sessão.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes: a Senhora Presidente, Dr.^a Isabel Damasceno Campos e os senhores Vereadores: Dr. Gonçalo Lopes, Dr. Vítor Lourenço, Eng.º Fernando Carvalho, Dr.^a Manuela Santos, Dr. Neusa Magalhães, Dr. Helder Roque, Dr. Daniel Pereira e Eng.^a Isabel Gonçalves.

A sessão foi presidida pelo Dr. José António Sousa e Silva, Presidente da Assembleia Municipal e secretariada pelos senhores Deputados:, Paulo Reis, 1º Secretário e Dário Antunes, na qualidade de 2º Secretário.

Havendo “quorum”, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, eram 20.30 horas, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:**

1. **APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO, nos termos da alínea e), do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;**
2. **PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA –Apreciação, discussão e votação;**
3. **TAXA DE CONSERVAÇÃO DE SANEAMENTO – FIXAÇÃO DA DATA DE COBRANÇA EM NOVEMBRO - Apreciação, discussão e votação;**



RESUMO DA CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA DE 17.04.05 A 17.06.05

ENTIDADE	ASSUNTO	DESPACHO
ANMP	SESSÕES DE INFORMAÇÃO E ESCLARECIMENTO SOBRE O IMI	TOMEI CONHECIMENTO
CML	CAMPEONATOS E ENCONTROS NACIONAIS DE INICIADOS DO DESPORTO ESCOLAR – 2005 – CONVITE	IDEM
CML	JANTAR OFICIAL DOS CAMPEONATOS E ENCONTROS NACIONAIS DE INICIADOS DO DESPORTO ESCOLAR – 2005 – CONVITE	IDEM
CML	COMEMORAÇÕES DO DIA DA CIDADE – CONVITE	IDEM
GRUPO PARLAMENTAR DO PCP	CÓPIA DA ONTERVENÇÃO PROFERIDA DURANTE O DEBATE SOBRE O SECTOR TÊXTIL DO VESTUÁRIO	IDEM
GRUPO PARLAMENTAR DO PCP	ENVIO DE PROJECTO-LEI P/ALTERAÇÃO DA LEI N.º 169/99, NA REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5- a/2002 – ESTABELECE O QUADRO DE COMPETÊNCIAS E O REGIME JURÍDICO DE FUNCIONAMENTO DOS MUNICÍPIOS E FREGUESIAS	IDEM
ESEL	AGRADECIMENTOS DO PRESIDENTE DO CONSELHO DIRECTIVO	IDEM
EB1 DE ST.ª CATARINA DA SERRA	III BIENAL DE ARTES PLÁSTICAS – CONVITE	IDEM
SEGURANÇA SOCIAL	AGRADECIMENTOS DA DIRECTORA DO CENTRO DISTRITAL DE SEG. SOCIAL QUE TERMINA O SEU MANDATO	IDEM
J.F.LEIRIA	XXIX ENCONTRO DE UNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DE LEIRIA	IDEM
EDIÇÕES FOLHETO	LANÇAMENTO DO LIVRO DE POESIA DE MOURO SERPA – CONVITE	IDEM
LEIRIAPOLIS	CONCERTO PATROCINADO PELA SOC. LEIRIAPOLIS – CONVITE	IDEM
J.F.MARRAZES	APRESENTAÇÃO PÚBLICA DO “PLANO ESTRATÉGICO FA FREGUESIA DE MARRAZES” – CONVITE	IDEM
CML	APRESENTAÇÃO PÚBLICA DA PISTA DE	IDEM



	ATLETISMO DO ESTÁDIO MUNICIPAL DE LEIRIA	
ASSO.DISTRIT. DE ATLESTISMO DE LEIRIA	CAMPEONATOS NACIONAIS DE CLUBES DA 1ª DIVISÃO – CONVITE	TOMEI CONHECIMENTO
ANMP	ENVIA BOLETIM MENSAL	IDEM
LAURA ESPERANÇA (PRESIDENTE DA J.F.LEIRIA)	COMUNICA A SUA FALTA À SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 02-06-05 E PEDE JUSTIFICAÇÃO DE FALTA	IDEM
ABILIO DOMINGOS (PRESIDENTE DA J.F.PARCEIROS)	COMUNICA A SUA FALTA À SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 02/06/05	IDEM
ADELINO GASPAR (PRESIDENTE DA J.F. ST.ª EUFÉMIA)	COMUNICA A SUA FALTA À SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 02/06/05	IDEM
GRUPO VOUGAINVEST	APRESENTAÇÃO PÚBLICA DO CENTRO COMERCIAL LIZ SHOPPING	IDEM
CML	TAÇA EUROPEIA DE ATLETISMO – LEIRIA 2005 - CONVITE	IDEM
COMISSÃO DE PROTECÇÃO A CRIANÇAS E JOVENS DE LEIRIA	ENVIA RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA ACTIVIDADE DA COMISSÃO NO ANO DE 2004	IDEM
REGIÃO DE TURISMO LEIRIA/FÁTIMA	REULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS/ORGANOGRAMA FUNCIONAL	IDEM
ANMP	CONFERÊNCIA COMEMORATIVA DO 20º ANIVERSÁRIO DA CARTA EUROPEIA DA AUTONOMIA LOCAL – CONVITE	IDEM





ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Boa noite senhoras e senhores Deputados, vamos dar início à nossa sessão.

Para que a Mesa fique composta, chamava o Deputado Filipe Vieira para o lugar do 1º secretário e o Deputado Dário Antunes para o lugar de 2º. Secretário.

Tenho aqui duas justificações de ausência a esta sessão, do Deputado Olegário Angélico e da Deputada Susana Silva, que não fazem parte do resumo da correspondência, uma vez que, foram enviadas posteriormente à remessa da documentação.

Antes de passarmos à votação da acta, gostaria de informar a Assembleia que há um Múncipe inscrito, para intervir no período destinado à intervenção do público, o senhor António Fernandes.

Seguidamente iríamos apreciar, discutir e votar a acta da sessão ordinária de 28 de Abril de 2005, a qual foi previamente distribuída. Foi enviada também, apenas para conhecimento dos senhores Deputados, não será votada, a acta da sessão extraordinária, agendada para o dia 02 de Junho, que como sabem, não se realizou por falta de quorum.

Estão abertas as inscrições para a votação da acta da sessão ordinária de 28 de Abril!

Não há inscrições, vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por unanimidade, aprovar a acta da sessão ordinária de 28 de Abril de 2005.

Relativamente ao resumo do expediente que foi distribuído, já sabem que querendo, poderão ter acesso a qualquer desses documentos para consulta.

De seguida vamos passar ao período em que se solicitam esclarecimentos mediante perguntas orais à Sr.^a Presidente da Câmara.

Estão abertas as inscrições!

O senhor Deputado João Fonseca, do PS, deseja intervir. Faça favor!



DEPUTADO JOÃO FONSECA (PS)

Boa noite, João Fonseca, Partido Socialista.

Sr.^a Presidente, duas perguntas muito breves.

Em Outubro de 1996, a Câmara Municipal apresentou à Assembleia Municipal, uma proposta de adesão à Valorlis. Nesta proposta que foi entregue, uma das questões que me levantou algumas dúvidas, nas considerações feitas, foi no ponto 6 e passo a citar :

“Considerando que, se tratou de um processo complexo em que foram analisados diversos pontos, apresentados por todos os Vereadores, quer pelos Deputados da Assembleia Municipal quer em especial pelos que foram designados por esse órgão municipal para acompanhamento das diligências e esclarecimentos a obter, temos em conta: 1) Rotatividade dos aterros pelos diversos concelhos e períodos...” e passando directo ao ponto n.º 7 que diz “Todos estes pontos foram amplamente discutidos...tendo ficado assente rotatividade por um período de dez anos, pela ordem decrescente do número de habitantes por Município.”. Os municípios eram Leiria, Pombal, Ourém, Marinha Grande e Porto Mós.

Tentei ler a acta da Assembleia Municipal de 1996, que respeita a esta deliberação, foi aprovado por maioria com algumas considerações, as quais não estavam muito legíveis, talvez por naquela altura a elaboração das actas não era feita com base na transcrição como o é agora, mas a minha pergunta é pelo seguinte motivo:

Estão quase a passar dez anos e gostava de saber se em Janeiro de 2006 o aterro irá transitar para Pombal, qual irá ser o processo, ou se irá continuar ali.

A segunda pergunta também se insere nesta área, nomeadamente em relação à localização do ferro-velho, nas instalações situadas no Vale Sepal. Gostaria de saber se a Câmara tem perspectivas a médio ou a longo prazo de retirar aquilo dali, para onde é que irá ou qual é a solução que a Câmara tem para dar resposta a estes problemas. Obrigado.



PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Não havendo mais inscrições para este período, vou dar a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara.

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Boa noite a todos.

Relativamente à questão que foi colocada, nada daquilo que foi acordado quer pela Câmara quer pela Assembleia Municipal, em 1996 como aqui referiu, foi alterado. Apenas a Valorlis adquiriu o terreno junto às suas instalações actuais. Primeiramente um terreno com alguma dimensão, porque os proprietários não vendiam pequenas parcelas e era necessário haver uma aquisição de terreno, para que a Valorlis instalasse a estação de valorização orgânica, que nada tem a ver com aterro e foi isso que foi feito.

Se alguma coisa for resolvida diferentemente daquilo que acabou de referir e que foi aprovado pelos dois órgãos municipais, naturalmente que estes, serão devidamente informados. Mas até ao momento nada foi resolvido em contrário e se restar alguma dúvida, basta consultar as actas das reuniões, quer do Conselho de Administração, quer das Assembleias Gerais da Valorlis.

Quanto à questão das sucatas.

Evidentemente que a intenção é claramente retirar as sucatas. Aliás, nos últimos tempos, tem diminuído significativamente a quantidade de sucata que ali se avoluma. De qualquer das formas, a resolução definitiva, passa pela criação numa zona industrial, de espaços destinados a sucata ou ferro-velho. A obrigatoriedade de encerrar estes espaços implica que seja dada uma alternativa. É o que a lei diz. E isso, só é possível, em termos de resultado prático, numa zona industrial.

Como é do conhecimento público, estamos já numa fase avançada de criação de zonas industriais, nomeadamente uma zona em Monte Redondo/Bajouca. É muito provável que nessa zona industrial, fiquem localizados lotes para instalação de alguma sucata e a partir daí, teremos condições para exigir o desmantelamento total.



PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Vamos passar ao período das intervenções políticas, apreciação de assuntos de interesse para o concelho de Leiria.

Estão abertas as inscrições!

Senhor Deputado Francisco Francisco!

DEPUTADO FRANCISCO FRANCISCO /CDS/PP)

Boa noite a todos!

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, caros colegas, Digníssima Comunicação Social!

Porque estou aqui ao serviço da comunidade, quero em primeiro lugar expressar a minha congratulação pelo êxito alcançado com a realização da Taça da Europa de Atletismo em Leiria, bem como, pelo próximo Campeonato Europeu de Futebol de Surdos em 2007. Bem haja!

Em segundo lugar e na defesa da minha honra pessoal, não posso deixar passar em claros os recentes acontecimentos que todos conhecemos. Em face dos nefastos ataques pessoais de que fui alvo nesta Assembleia, no passado dia 28 de Abril, a que não posso ficar indiferente, porque como diz o povo, quem não se sente não é filho de boa gente, estou a ponderar esta minha actividade que tenho exercido ao serviço da comunidade, na busca da verdade dos factos, e na medida do possível, na promoção do rigor técnico, do desenvolvimento sustentado e da boa gestão equilibrada, porque lá como cá, cada vez há menos mais ricos, mas cada vez há mais, mais pobres.

A minha última intervenção, pautou-se pela constatação de que o Balanço de 2004, que nos foi apresentado pela edilidade, estava errado e repleto de incorrecções técnicas, mesmo assim, foi aprovado por maioria pelos órgãos competentes e soberanos Câmara e Assembleia Municipal. Também o Balanço de 2003 tinha sido aprovado em condições adversas, mais grave, foi o facto de que alguém sem competência para o acto, ter alterado alguns valores significativos legalmente aprovados em 2003 e agora transcritos no Balanço de 2004. A resposta àquela minha intervenção foi uma apregoada de ignorância em contabilidade.

Não posso deixar de referir que, além de Técnico Oficial de Contas há mais de vinte e cinco anos, faço parte do corpo de analistas e formadores de programas de contabilidade e gestão, numa "software house" com dimensão nacional. Assim, tal



como os outros, também me sinto coagido a assinar responsabilmente por baixo, aquela reduzida análise que efectuei às referidas contas, não só como Técnico Oficial de Contas, mas também na qualidade de bacharel em informática, licenciado em Economia, pós-graduado em Contabilidade e Administração, docente de Contabilidade na Universidade Católica na extinta licenciatura do Pólo de Leiria, e ainda com dissertação de Mestrado em curso sobre o POCAL e a contabilidade pública.

Fiquei extremamente surpreendido, quase constrangido, quando reparei que um destacado apoiante da mesma maioria que aprovou aquelas contas, as tenha vindo contestar mais tarde à Praça Pública, fazendo ecos de parte do que aqui foi dito, usando os órgãos de comunicação social e tentando fazer passar a mensagem para a opinião pública, que este órgão de fiscalização não funciona. Infelizmente, para a esmagadora maioria destes órgãos de comunicação social, este mesmo assunto não tinha merecido a mínima atenção em tempo útil e na data de ocorrência dos factos. Na verdade não há novidade nenhuma naquele extemporâneo artigo, para além das intervenções aqui feitas, em tempo oportuno.

Agora, todos concordam que as contas de 2004 não deveriam ter sido aprovadas, tentando mesmo impugná-las pelas mesmas razões que expus nesta Assembleia, dando-me inteira razão, mas esquecendo-se dos que votaram contra as já referidas contas de 2003 e 2004 e de realçar as minhas intervenções e de outros membros deste órgão. Responda quem souber, onde estão afinal as proclamadas flores e os ignorantes em contabilidade pública?

Que as contas de 2004 estavam a "roçar o criminal" já se deveria ter depreendido da minha intervenção, só não viu quem não quis ver. Pena é que os mesmos tenham ignorado o vexame a que fui exposto neste órgão de soberania, por elegê-lo como órgão soberano de fiscalização e por interpelar a autarquia ao longo destes anos. Agora, até os próprios confrades se empertigam em desespero daquilo que é exclusivamente imputável à sua própria força política, elegendo a fiscalização da autarquia como sua desfraldada bandeira. Tarde demais direi eu, finalmente, dirão outros!

Deverão ter andado muito distraídos aqueles "opinion makers" nestes três anos, porque já em Março de 2002 a minha primeira intervenção consistiu num veemente



alerta para a eventual “catástrofe” que seria a Leirisport, nos moldes em que tinha sido constituída, e no modelo de gestão que lhe estava subjacente.

O seu pacto social mais faz lembrar o de uma fundação, de tão má memória. Além de muitas vicissitudes não está salvaguardada a superintendência inequívoca da Câmara, sua única accionista dizia eu.

Em que termos foi decidido o abandono dos parceiros e o imediato aumento dos ordenados com efeitos retroactivos dos administradores da Leirisport, simultaneamente titulares de cargos públicos e manifesta incompatibilidade? Perguntava eu, que continuo à espera da resposta.

Todos sabemos que infelizmente tive razão e que a Leirisport superou as minhas piores expectativas e se encontra numa situação financeira e de gestão alarmantes, com a administração em fuga.

As contas de 2004 nem vê-las, o apregoado equilíbrio financeiro só em sonho, ou muito pior, só em pesadelo. Pena é que vão ser todos os munícipes que vão pagar aquelas contestadas obras e decisões durante muitos e muitos anos, mesmo aqueles que nunca concordaram.

Se olharmos para o modo hegemónico da actual presidência desta Câmara, reparamos que quando alguém, quiçá a pessoa mais conceituada da nossa praça em pontes, manifesta a sua posição na qualidade de técnico inquestionável, relatando tecnicamente o que o senso comum sempre contestou sobre as vicissitudes daquela conhecida obra, da sua construção, da sua qualidade técnica, do seu custo, da sua inutilidade, o modo como é tratado o assunto é reencaminhá-lo para a barra do Tribunal como se a razão estivesse sempre do mesmo lado, diga-se maioria.

Isto brada aos céus num País com trinta anos de democracia.

Com esta Presidência, até os jornalistas vão a Tribunal só por quererem ouvir as duas partes e tentarem auscultar mais opiniões, na busca de toda a verdade.

Como se pode interpretar o facto, da edilidade ter ignorado o requerimento entregue ao senhor Presidente da Mesa, solicitando dados sobre aquela construção? Pretende-se sonegar informação privilegiada? Interroga-se o comum dos mortais!

Com tal construção, até parece que o Rio Mondego um dia, irá passar por Leiria, ponte já tem. É que para o EURO, parece não ter feito mesmo falta nenhuma.

Permitam-me que repita o que escrevi há alguns meses:



As maiorias absolutas tendem a conduzir inevitavelmente ao enquistar de posições em torno de uma monocultura e de um sufocante autismo político, ofuscando a visão e dificultando a busca de soluções para além do seu ego-paradigma.

Não posso terminar, sem agradecer a todos a amizade e a cordialidade com que sempre me presentearam durante este percurso, bem como à comunicação social pelo trabalho desenvolvido. Nunca retirei daqui dividendos pessoais ou vantagens financeiras.

Agradeço a todos a confiança que depositaram em mim, aos digníssimos colegas, de um modo particular ao Dr. José Lourenço, à Ex.ma Vereadora Eng.^a Isabel Gonçalves e à pessoa do senhor Presidente da Mesa, Dr. José António Silva, pela posição que tomou na defesa desta Assembleia.

Mas afinal, cada vez nos surpreendem mais.

Uma das últimas promessas anunciadas pela edilidade, a renegociação do empréstimo do Estádio a juros mais baixos, não será mais uma manobra dilatória, que acabará por ter o seu ponto forte no prolongar estrondosamente o prazo de pagamento? Como é natural quanto mais tempo levar a pagar uma dívida, menor será cada uma das prestações.

Não deveriam estar aquelas dívidas nas contas da Leirisport, seu único beneficiário? Será que se estão a gerir da melhor forma os escassos recursos disponíveis, quando se assinam *"factoring's"*, dificilmente liquidáveis, se criam empresas municipais sem aparente necessidade, se tenta vender património a qualquer preço numa preocupante debilidade negocial, se criam novas taxas camarárias ou se aumentam as já existentes para valores nunca vistos e se renegoceiam dívidas para, pelo menos, mais meio século, empurrando o serviço da dívida de um bem supérfluo para os nossos filhos, netos e quiçá bisnetos, hipotecando o desenvolvimento das próximas gerações?

Antes de terminar, lembro-me de quando foi aqui apresentado para aprovação, o último empréstimo para o Estádio, foi-nos dito, *"que seria liquidado logo que fosse vendido o topo Norte"*. No orçamento de 2005 está prevista a venda do referido topo Norte, mas, contrariamente à promessa feita, não vislumbro no mesmo orçamento nenhuma liquidação do referido empréstimo.

Ou o orçamento não é para cumprir, ou se esqueceram, ou se enganaram, ou nos mentiram.



É ou não verdade que foi negociada a venda do Mercado de Leiria a uma conhecida empresa particular, para saldar dívidas do Estádio? Perguntava atónito um Leiriense. Oficialmente ninguém sabe de nada, retorqui, mas basta que assim seja decidido, porque com maioria absoluta as decisões da Presidência são sempre aprovadas.

“A mim não me faz falta nenhuma” ironizou a senhora Presidente.

Naturalmente. Porque para lhe fazer falta e aprovar ou desaprovar tudo o que for superiormente considerado conveniente, tem um número de pessoas mais que suficiente dentro da sua própria maioria.

Sempre tentei estar aqui para servir os eleitores, ser a voz das minorias, dos que estão calados, dos que não conseguem com o seu voto provocar rupturas e dos que pensam que haverá outras soluções para este Concelho, para além das conhecidas propostas desta maioria.

Não posso contudo, consentir que os meus filhos e todos aqueles que confiaram em mim, me acusem de ter hipotecado o seu futuro, ter abdicado da minha responsabilidade ou me ter acobardado ou ainda, ter contribuído com o meu silêncio ou omissão para aquilo que conscientemente considero de difícil ou de inexplicável execução, ou ainda, com a minha aprovação, aceitar que empresas com interesses que não propriamente os do bem comum, controlem ou possuam algo que é ou foi construído com o dinheiro de todos nós.

Para terminar, o que me apraz comentar acerca da calúnia que me foi dirigida: *“duvido que saiba muito ou alguma coisa de contabilidade pública”*, não posso permitir o direito a tal avaliação sem conhecimento de causa, porque se fosse feita em sentido contrário, todos saberemos onde poderia encaixar.

Reconheço que “quanto mais sei, mais sei que nada sei”, mas permitam-me a veleidade de referir que o meu trabalho de Pós-graduação para a preparação do Mestrado, que tratava o tema em apreço, das Contas das Autarquias, da Contabilidade Patrimonial e do POCAL, foi avaliado com dezanove valores...

A bem de toda a população, de melhor desenvolvimento sustentado e de uma exímia gestão da coisa pública, cordiais saudações. Disse!

DEPUTADO JOSÉ MIGUEL MARTINS (PPD/PSD)

Boa noite!

José Miguel Martins, PSD.



Os dois assuntos que me trazem aqui, já os abordei mais do que uma vez nesta Assembleia. Porque inclusivamente, têm preenchido ultimamente, a actualidade da nossa região. Estou a falar concretamente do aeródromo do Falcão e da Ribeira dos Milagres.

Em relação ao primeiro assunto, embora com muita pena, eu o possa ver sair da Gândara, tanto mais que, foi edificado por um primo meu, defendo que acima de tudo, Leiria deve ter um aeródromo com categoria a nível nacional e que preencha todos os requisitos de bem servir e de segurança.

No entanto, soube, por um elemento da Assembleia de Freguesia dos Marrazes que hoje me abordou por esse motivo, sabendo da minha ligação ao aeródromo da Gândara, e como não pude estar presente por motivo de doença de um familiar, que ontem este assunto foi abordado na Assembleia de Freguesia de Marrazes. Uma pessoa com alguns conhecimentos técnicos que inclusivamente se tem servido do aeródromo, o Comandante Lopes, também elemento da Assembleia de Freguesia de Marrazes. E dizia, passo a citar, se alguma coisa estiver mal foi conforme me transmitiram, eu não estive presente "que a solução do actual aeródromo, passa por uma passagem desnivelada e pelo acréscimo de quarenta e dois metros de pista". Inclusivamente, afirmou que nos Milagres, está prevista a instalação do novo aeródromo em terrenos que são de difícil negociação e passo a citar o que foi dito também na Assembleia de Freguesia: "A instalação do aeródromo noutra local que não o Falcão, é uma mentira política."

Acho que isto tem uma certa gravidade e penso que ninguém anda aqui a enganar seja quem for, de qualquer maneira gostaria que a Câmara esclarecesse aqui esta situação. Também tenho que reconhecer que, embora se faça algum esforço, no sentido de se manter aquela zona limpa, tanto mais que a Câmara instalou lá placas, por outro lado julgo que se poderia fazer mais pela freguesia de Marrazes, porque aquilo é um autêntico caixote do lixo que ali está, aquela zona do aeródromo, dos areiros, é uma vergonha. Já o disse aqui e estou constantemente a passar lá e verifico que a situação se mantém e em nada melhorou.

Relativamente à Ribeira dos Milagres, quero aqui referir mais uma vez que a Gândara e os Marrazes são as principais áreas afectadas. Não só por espalharem pelos campos os dejectos, como também o cheiro nauseabundo, que é transportado pelos ventos de predominância do Norte, e ainda pelas constantes descargas. E tanto quanto sei, ainda não vi publicamente a Junta de Freguesia de Marrazes tomar uma



posição firme sobre este assunto. Vejo a mobilização da população dos Milagres, da comunicação social, mas ainda não vi por parte da Junta de Freguesia de Marrazes essa mobilização. A Junta neste assunto não tem que ser considerada incómoda, porque isto é para o bem estar de todas as pessoas e quantas mais pessoas fizerem pressão, se a Câmara fizer pressão, poderemos melhorar.

A freguesia de Marrazes é a freguesia que mais margem da ribeira dos Milagres tem, vem desde o Outeiro das Barrocas até desaguar no rio Lis, em contrapartida do outro lado, temos a freguesia da Bidoeira, dos Milagres e de Regueira de Pontes, portanto acho que pela parte dos Marrazes se devia fazer mais.

Estamos todos na mesma luta. Há que melhorar e não complicar.

Obrigado.

DEPUTADO MANUEL JESUS CARVALHO (Presidente da Junta de Freguesia de Azoia)

Boa noite a todos.

Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssima senhora Presidente da Câmara, caros colegas, minhas senhoras e meus senhores!

Venho aqui para manifestar também o regozijo pessoal, por três eventos que se realizaram recentemente no nosso Município. Refiro-me ao Campeonato Nacional do Desporto Escolar, ao Campeonato Nacional de Atletismo de Clubes - 1ª Divisão e à Taça da Europa de Atletismo – 1ª Liga. Estes três eventos para mim e penso que para a população, tiveram três importantes significados, pelos seguintes motivos:

Primeiro foi o lançar Leiria no contexto nacional e no contexto internacional, com grande prestígio; Segundo, foi permitir que os alunos do País, cerca de três mil, conhecessem o nosso concelho, por um bom motivo, por uma actividade que gostam de praticar, o desporto, e que lhes ensina a cidadania que todos nós desejamos para os jovens. O Desporto permite-lhes atingir regras sociais e todos nós temos que criar condições para que isso aconteça e para que de facto no futuro, sejam cidadãos com regras de respeito uns pelos outros, regras essas que se aprendem de facto no Desporto, que sejam regras de cumprimento de autoridade e de respeito pelos seus pares. Efectivamente o Desporto Escolar é hoje uma actividade praticada na generalidade, é um dos meios que os alunos têm à disposição para ocupação dos seus tempos livres em actividades salutaras e são uma forma de os desviar de tantas atracções maléficas que existem e que muitas vezes propositadamente os atraem.



O concelho de Leiria com as suas infra-estruturas desportivas, acolheu estes três mil jovens das várias regiões de educação do País, tem onze modalidades e os nossos atletas distritais, tiveram uma excelente prestação e representaram muito bem o distrito. Houveram escolas que, quer individualmente quer por equipas, venceram a nível nacional e aprez-me registar com um gosto especial, a equipa de Futsal Feminina da minha escola, que foi campeã nacional, a equipa do Instituto Educativo do Juncal. Além desta escola, outras a nível individual também foram campeões nacionais e portanto o distrito ficou bem representado. Foi uma ótima iniciativa, se calhar a Taça da Europa, pela sua importância e pelo seu prestígio faz-nos esquecer um pouco este importante evento que aqui se realizou na área do desporto Escolar e que para mim, é de extrema importância.

Bem haja à Câmara de Leiria por estas actividades e que sirva de exemplo para que no futuro se realizem mais. Obrigado.

DEPUTADO MANUEL JOSÉ CARVALHO (CIDADÃOS INDEPENDENTES)

Boa noite!

Manuel José Carvalho, Grupo de Cidadãos Independentes.

Senhor Presidente da Mesa, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Deputados.

A minha intervenção tem a ver um bocado com a intervenção feita na última sessão ordinária. Antes disso, gostava de me congratular por hoje termos aqui quorum, porque, eu fui um dos que vim aqui desempenhar as minhas funções na última sessão extraordinária, enquanto cidadão eleito, e realmente constato que a Assembleia cheia é muito mais bonita e honra o nosso Município.

Mas queria referir-me ao período antes da ordem do dia, em que interpelei a Sr.^a Presidente, em duas situações. Avizinhava-se o Campeonato da Europa, segunda liga, penso que não é primeira Liga, é Grupo B, e uma das minhas preocupações foi que, realmente aquela zona do Estádio, tinha duas imperfeições que saltam à vista de toda a gente. Uma delas, é o placard, onde hoje está lá o nosso campeoníssimo Obi Kwelu. Na altura não estava, isso foi reparado em tempo útil e portanto quero fazer esse reparo. Mas aquilo que mais ressalta do nosso Estádio e que mereceu até alguma intervenção e algum comentário da imprensa, são as telas que realmente continuam por colocar. Estão rasgadas, apesar de ter ouvido a senhora representante da Associação Internacional de Atletismo, a congratular-se com a beleza do nosso Estádio, logicamente que a senhora foi bem educada, foi bem



recebida, nós sabemos receber bem as pessoas, mas aquele Estádio, poderia ser muito mais belo se estivesse acabado e continua a não estar acabado.

Portanto, gostaria de saber porque é que continuamos a falar nisto há vários meses. A situação mantém-se e alguém terá que ser responsabilizado, porque perdemos a oportunidade de mostrar ao mundo um Estádio bonito e acabado. Esta era uma questão.

Também interpelei a Sr.^a Presidente, nessa última Assembleia, acerca da questão do policiamento ali na zona dos correios, na célebre Rua de Santiago, em Marrazes.

No dia imediatamente a seguir, tínhamos lá o policiamento, no segundo dia ainda se mantinha lá o policiamento, mas ao terceiro dia, já não havia lá policiamento, ou seja, o problema mantém-se.

Um último comentário, que não tem a ver com a minha última intervenção mas tem a ver com a intervenção do Deputado Francisco Francisco.

Também queria refutar tal como ele, uma intervenção que veio de uma ex-dirigente do PSD local e que fez uma entrevista para um dos nossos jornais semanários, em que realmente, mencionava que o nosso órgão municipal, não cumpria o seu dever de fiscalização, enquanto órgão com essa competência.

Não me posso rever nessa posição e revejo-me na posição do senhor Deputado Francisco Francisco, porque quem está realmente aqui desde sempre, dever-se-á recordar que os relatórios de contas foram aprovados com os votos da maioria. Qualquer deles e estou-me a reportar ao ano de 2003 e 2004, tiveram votos contra da oposição. A oposição através de três pessoas, técnicas da área, fizeram as suas intervenções devidamente fundamentadas, a saber: o senhor Deputado Francisco Francisco pelo PP, o meu colega de bancada Deputado Diamantino Caçador e o senhor Deputado Rui Caseiro, que por doença não está presente e que tem representado o PS, sempre demonstraram porque votavam contra o relatório de contas da nossa Câmara.

Agora, constatamos que as pessoas ficam muito admiradas e a imprensa veicula essa situação, a qual também estranhamos. Mas isso já não é a primeira vez que acontece, como se só agora os relatórios tivessem sido questionados, quando eles têm vindo a ser questionados, pelo menos, há dois anos a esta parte e com a devida fundamentação.



É só para ficar aqui presente, que o Grupo de Cidadãos Independentes votaram em 2003 contra, em 2004 contra e fundamentaram porquê. E quando vemos surgir esse parecer técnico nesse órgão de informação, que também nos foi distribuído, leva-nos a pensar que, aquele parecer, comparativamente aos que já foram aqui emitidos nesta Assembleia, até são bastante rudimentares. Queria referir isso para que ficasse registado em acta. Muito obrigado.

DEPUTADO AMÉRICO COELHO (Presidente da Junta de Freguesia da Ortigosa)

Ba noite.

Américo Coelho, Presidente da Junta da Ortigosa.

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores jornalistas, Minhas Senhoras e Meus Senhores!

No decorrer da última Assembleia Municipal, o senhor Deputado do PSD, Olegário Angélico, afirmou que a Câmara aumentou as transferências para as Juntas de Freguesia, em 250%. Na sequência dessa afirmação, usei da palavra para provar que, no caso concreto da freguesia da Ortigosa, a afirmação proferida não correspondia à verdade.

Mais uma vez e sem entrar em pormenores, posso adiantar que no mandato 98/2001, a Câmara investiu na freguesia da Ortigosa, em números redondos, cerca de quinhentos mil euros. No actual mandato, ou seja entre 2002/2005, investiu cerca de duzentos mil euros, dos quais até à presente data, só foram pagos cento e oito mil euros. Como se pode comprovar através dos números apresentados, o investimento realizado pela Câmara Municipal de Leiria na freguesia da Ortigosa, neste mandato, diminuiu 60%. A título de exemplo posso adiantar que na área do Desporto nos dois últimos mandatos, o que correspondem a oito anos, a Câmara Municipal de Leiria investiu na freguesia da Ortigosa, cerca de seis mil euros, e mesmo tratando-se de uma verba irrisória, estes ainda não foram pagos.

Perante este cenário que se foi desenhando desde o primeiro ano deste mandato, nesta Assembleia e em sucessivas reuniões fui chamar a atenção à Vereação e à Presidente, para a falta de investimento na freguesia da Ortigosa. Ao mesmo tempo que chamávamos à atenção para a falta de investimento, víamos crescer um Museu na Ortigosa, com um custo previsto superior a um milhão de euros. O valor gasto



neste Museu é em muito superior ao valor investido pela Câmara Municipal de Leiria na freguesia da Ortigosa, nos últimos dois mandatos ou seja, nos últimos oito anos. Sobre este Museu, digo hoje nesta Assembleia, com muita tristeza, que a Câmara Municipal de Leiria nunca teve qualquer tipo de conversa com a Junta de Freguesia da Ortigosa, sobre a construção do referido Museu. Arrisco a perguntar aos senhores Presidentes de Junta do resto do concelho, quantas obras no valor de um milhão de euros foram executadas nas suas freguesias, sem que tenham tido conhecimento prévio dos projectos ou tenham emitido o seu parecer. Não conheço nenhum caso e tenho falado com alguns.

Considero esta atitude da Câmara uma enorme “facada” no Poder Local, uma falta de respeito pelos autarcas das freguesias, assim como, uma falta de consideração por um órgão eleito democraticamente e que é um legítimo representante de uma população.

Ao contrário dos eleitos que desempenham funções na Câmara, a esmagadora maioria dos autarcas das freguesias desempenham os seus cargos por uns míseros duzentos e poucos euros, sem exigências. Mas uma coisa eles merecem e exigem, que sejam respeitados. Estou à vontade para dizer isto porque, tenho defendido inúmeras vezes nesta sala exactamente esse respeito.

Por mais pessimista que fosse, nunca me passou pela cabeça, que fosse a Câmara do meu Concelho, a ignorar um órgão eleito democraticamente. Se a intenção foi desmotivar e humilhar a Junta de Freguesia da Ortigosa, posso adiantar que era impossível fazer melhor.

Isto leva-me a concluir, que a Sr.^a Presidente tem mais consideração pela família onde habitualmente passava férias na Ortigosa, do que uma Junta de Freguesia, legítima representante de toda uma população que paga os seus impostos, e que tem o direito a reivindicar a melhoria da sua qualidade de vida.

Quero dizer à Sr.^a Presidente, que a família cujo nome a Câmara vai perpetuar através do Museu, é a mesma família, que a Comissão criada na Ortigosa para fazer toponímica da Freguesia, recusou atribuir o nome a uma Rua e é a mesma família que doou um terreno à Junta de Freguesia, para construir um polidesportivo, e quando a Câmara e a Junta decidiram vender o terreno para mudar o polidesportivo de local, começou por exigir quarenta mil euros, tendo depois acabado por receber vinte e cinco mil euros de um terreno que tinham dado à Junta de Freguesia.



A esta pessoa a Câmara chamou-lhe benemérita e prestou-lhe uma homenagem, mas ao Major Neves, que deu um terreno à Junta com cerca de cinco mil metros quadrados, em zona de construção, com um valor superior a cem mil euros, para nele serem construídas habitações sociais, nem um cartão a agradecer, nem as habitações foram construídas.

O que é mais urgente, é um Museu ou as habitações sociais?

Em Outubro de 2004, solicitei à secretária da Sr.^a Presidente uma reunião com a direcção do Riboliz, para ultrapassarmos o impasse criado pelos serviços da Câmara. Até hoje, a Sr.^a Presidente não conseguiu arranjar disponibilidade, para receber a referida associação. Mas recentemente, tem tido tempo para, durante a hora de expediente, receber no edifício da Câmara potenciais candidatos do PSD a Juntas de Freguesia, convocados por uma funcionária da Câmara, utilizando os telefones da Câmara, quando a esmagadora maioria dos autarcas das freguesias, utilizam os seus próprios telefones, para pouparem uns euros ao erário público.

Estas, são algumas das razões que me obrigam a tomar determinadas posições. Sou contra as injustiças.

A Sr.^a Presidente na última Assembleia, depois da minha intervenção, disse e passo a cita: *“ não seja injusto, porque o senhor não o costuma ser, a não ser que esteja induzido por questões eleitorais...”* fim de citação. Em resposta à afirmação da Sr.^a Presidente, vou recordar-lhe um excerto do meu discurso, proferido no salão paroquial da Ortigosa, completamente cheio, em Outubro de 2001, portanto a sessenta dias das Eleições Autárquicas, e na presença dos candidatos à Câmara nessa altura, Dr. José Manuel Silva e Eng.^a Isabel Gonçalves.

Passo a citar:

“ Gostaria de destacar duas pessoas. A Presidente da Câmara, apesar de estarmos politicamente em campos diversos, foi uma pessoa que sempre teve uma porta aberta para os problemas desta Freguesia. Sei que alguém desta terra lhe chamou à atenção para que esta Junta não devia ser apoiada, por ser do PS. Nunca em momento algum nos sentimos discriminados. A outra pessoa é o Eng.^o Fernando Carvalho, foi ele que teve a paciência para nos ir ouvindo, durante estes quatro anos Foi ele que, apesar de andarmos sempre a pressioná-lo, tinha sempre uma palavra de ânimo e de incentivo para nós. Faz parte da elite dos políticos que dignifica a política. Obrigado por tudo o que fizeram pela nossa terra.” Fim de citação.



Como já referi, estas palavras foram retiradas do meu discurso, em Outubro de 2001, a sessenta dias das Eleições Autárquicas, na comemoração do 39º Aniversário da Criação da Freguesia da Ortigosa.

Mesmo estando na sala o candidato do PS à Câmara Municipal de Leiria, na altura, proferi aquelas palavras porque, a partir do momento que fui eleito, tenho de defender os interesses da minha freguesia e não do meu partido, ao contrário de outros como recentemente assistimos.

Naquela data a Sr.ª Presidente não me chamou eleitoralista. Sei que há verdades que doem mas não deixam de ser verdades e como diz o povo, as verdades são para se dizer. Em 2001, por a Câmara ter investido cerca de quinhentos mil euros na freguesia de Ortigosa, manifestei publicamente o meu agrado. Em 2005, por ter diminuído o investimento na freguesia da Ortigosa em 60%, estou descontente, sinto-me prejudicado e mais, estou perfeitamente desiludido.

A Sr.ª Presidente considera-me eleitoralista. Eu penso que sou é coerente.

Obrigado.

DEPUTADO JOSÉ ESPERANÇA LOURENÇO (CDS/PP)

Boa noite.

José Lourenço, CDS/PP.

Senhora Presidente da Câmara Municipal de Leiria, Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, Senhores Vereadores!

O que vou abordar, diz respeito à circulação automóvel na Rua da Restauração, que dada a sua intensidade e dada a proximidade da Escola n.º 1, põe em risco as crianças e seus familiares, que diariamente para ali se deslocam.

Também os transeuntes que descendo a Rua Sá de Miranda e se deslocam para a Rotunda de St.ª Isabel, são obrigados a atravessar a Rua da Restauração, junto ao entroncamento desta com a Rua Sá de Miranda, dado haver apenas passeio num dos lados.

A colocação de passadeira elevada próximo, daria passagem aos referidos transeuntes e moderava a velocidade dos veículos automóveis, diminuindo o perigo que diariamente correm aquelas crianças.

Agora uma palavrinha, esta é de solidariedade, para com o Deputado Francisco Francisco.



Ele foi aqui maltratado, e eu, como colega de Partido, não posso deixar passar em branco e enquanto não provarem que ele não tem razão, que as contas não estão erradas, continuo a dar-lhe razão .

DEPUTADO LUÍS BRANQUINHO CRESPO /PPD/PSD)

Branquinho Crespo, PSD.

Senhor Presidente, Senhora Presidente, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores!

No passado dia 28 de Abril, de 2005, nesta Assembleia, teve lugar uma votação, sobre o documento de prestação de contas do Município, respeitante ao ano de 2004. Como é sabido, isso não posso nem devo responder, dei o meu voto favorável, e isto, apesar de terem sido levantadas suspeitas sobre a elaboração do documento balancete. Votei favoravelmente, na boa fé, atento à circunstância de, apesar desse alerta, em momento algum ter posto em dúvida, que tivessem sido alterados valores que em 2004 tinham sido aprovados nesta Assembleia, por mim e por outros.

Também é verdade que, naquele momento, em 28 de Abril de 2005, nem eu nem sequer, suponho saber, qualquer dos Deputados tinha na sua posse para confronto, o documento de contas já aprovadas no ano anterior. Também acredito, que a maioria dos presentes, imbuídos de boa fé, não foram antecipadamente comparar os dados aprovados relativos a 2003, nos termos de comparação a 2004.

Mas a ser verdade, que tudo está correcto, no mínimo, devia por apenso às contas, existir um documento explicativo das divergências existentes. E não basta uma explicação introdutória, é preciso que por escrito, tudo seja e fique claro.

Dito de outro modo!

Não é fácil aceitar, que em 2004 se tenha votado um documento com determinados valores, e depois, em 2005, o Balanço, o não reproduza na sua inteira fidelidade. Não basta uma nota prévia e depois acontecer, que onde foram aprovados os valores em 2004, os mesmos trazidos para as contas em 2005, estejam alterados, em alguns casos significativamente. Convenhamos.

Face às anomalias, assiste-me o direito de considerar que esse documento está posto em causa, ou seja em crise. Não é aceitável ter-se por merecedor de não crítica, um documento que o próprio Município, considera existirem insuficiências e incoerências, em comunicado datado de 3 de Junho de 2005 e entregue à Imprensa. É o próprio Município a considerá-lo.



Convém ainda dizer, ser verdade que a Câmara aprova contas e que a sua análise é sujeita à Comissão de Coordenação da Região do Centro, Instituto Nacional de Estatística e Direcção Regional do Centro, e o seu julgamento, cabe ao Tribunal de Contas. Mas cabe ainda a esta Assembleia, no uso dos poderes que o Regimento lhe confere, e que a Lei lhe dá, a apreciação e a votação, eu repito, a apreciação e a votação entre outros, dos documentos de prestação de contas.

Deste modo, o argumento já por mais uma vez expandido e que pretende sugerir subliminarmente, que pouco importa o que esta Assembleia decida, por lá está o Tribunal de Contas, que tudo apreciará, não colhe. Este último julga, mas nós é que apreciamos e votamos e desse poder de ver, não o posso admitir.

Por todas as razões expostas, é fácil concluir o incómodo em que fiquei, tendo votado de uma maneira e agora verificar que esse voto favorável se encontra ferido, nos seus pressupostos.

E por isso entendo, e revelo perante esta Assembleia, que pese embora em 28 de abril de 2005 tenha dado o meu voto num sentido, hoje, por razão de consciência, e face às circunstâncias que expliquei, esse mesmo voto se tem de ter por anulado como é bem de ver. Tenho dito!

DEPUTADO JOAQUIM MARQUES (PPD/PSD)

Boa noite a todos!

Joaquim Marques, PSD.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, colegas.

Acabei realmente de ouvir a exposição do Deputado Luís Branquinho Crespo sobre as contas. Efectivamente eu também não sou técnico de contas, não tenho portanto elementos à minha beira e conhecimentos, para poder demonstrar por A+B, que estão ou não erradas.

Reconheço que, houveram as intervenções dos Deputados Francisco Francisco e outras entidades, que vieram a lume levantar essas questões. No entanto, depois de ter sido aprovado o respectivo documento, na Assembleia de 28 de Abril, eu pessoalmente e o PSD, pretende é que, se realmente as contas foram aprovadas na lógica de que o documento estava correcto, as entidades oficiais para onde o documento foi enviado pela Câmara Municipal, nomeadamente para o Tribunal de Contas, concerteza que irão analisá-lo profundamente, até com o eco que este a



Comunicação Social fez sobre o uso do documento, de modo a verificarem se de facto as contas estão ou não correctas, se há ou não erros nos saldos anteriores.

Por isso, penso que era de bom tom, todos nós aqui, darmos a possibilidade de o Tribunal de Contas se pronunciar junto da Câmara Municipal, a fim de que, no caso de existirem alguns erros, a Câmara seja solicitada para prestar as respectivas explicações e depois analisaremos as consequências na devida altura.

Agora, estar a dizer, com todo o respeito que todas as entidades me merecem, que as contas não estão certas, acho que a entidade própria a quem compete definir esse assunto é o Tribunal de Contas e portanto, é desta entidade que devemos aguardar a decisão. Tenho dito!

Obrigado.

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Boa noite a todos!

Luís Pinto, Partido Socialista.

Naturalmente, que a intervenção que agora vou fazer, desejava tê-la feito na última Assembleia Municipal. Infelizmente a falta de respeito de muitos de vós, por este órgão e por todos os outros que estiveram presentes, não possibilitou que tal acontecesse. Lamento profundamente, serei provavelmente o Deputado Municipal com mais anos nesta casa e nunca assisti a nada assim.

Em muitos momentos, e disso fizemos eco em muitos mandatos, os membros da oposição, não receberam documentação em casa, ou a documentação chegou atrasada, ou até se esqueceram da convocatória, ou até já chegámos a ser insultado, ainda hoje se falou disso aqui, e nunca ninguém abandonou a sessão, nunca ninguém ficou em casa por uma atitude política. Esta situação é de facto demasiado grave, o 25 de Abril e a democracia não se instauraram em Portugal para situações destas, o medo e a vossa não aceitação em discutir os assuntos que se colocam e se colocavam naquela Assembleia, surpreendeu-me deveras, e, decepcionou-me por completo. Tinha que ser justo para comigo próprio, no sentido de vos dizer, olhos nos olhos, assim não vale, não percebi do que têm medo.

E sobretudo fiquei surpreendido e propositadamente, aguardei para que o máximo de pessoas se inscrevesse, esperando que alguns de vós que faltaram, pudessem aqui vir dar uma justificação palpável, não aquelas declarações que tiveram muita piada, que apareceram nalguns órgãos de comunicação social, mas, que aceitassem vir aqui dizer a verdade, porque é que não estiveram presentes e sobretudo, há uma dívida



que a maioria de vós tem para com esta Assembleia. É dizer que se enganaram e que votaram a favor, é dizer que têm prestado um mau serviço às populações deste nossos Concelho, ao votarem tudo favoravelmente, de olhos fechados, ao não permitirem que as discussões se façam. E sobretudo porque, em muitas das intervenções, e não só em relação à aprovação das últimas contas, mas mesmo em anos anteriores, muitas vezes da vossa bancada, vieram risadas, vieram situações de gozo, de tentativa de chamar incompetentes a quem apresentava números, provas, a quem tinha apresentado trabalho e muitas vezes o que se via era que a maior parte de vós não tinha lido coisa nenhuma, e que se limitava por uma questão de obediência política, a vir dizer sim senhora a tudo, conforme tem sido hábito da vossa bancada.

Isso é lamentável. E depois é espelhado naqueles cidadãos com mais ou menos responsabilidade, sobretudo vindos do vosso Partido, dizer que esta Assembleia não fiscaliza, que aqui ninguém faz jus dos mandatos que lhe são concedidos. Quando vocês sabem melhor que ninguém, que isso não é verdade, que alguns Deputados, muitos deles com conhecimentos técnicos e devidamente credenciados, aqui têm denunciado um conjunto de insuficiências e de erros, que vocês não só não possibilitaram que se emendassem, como não possibilitaram também, a sua verdadeira discussão. É uma situação demasiado grave, que temo aqui que denunciar, e, de facto esperava outra coragem da vossa parte, outra frontalidade, e sinceramente, um pedido de desculpas a todos aqueles que estiveram aqui, na última Assembleia Municipal.

Continuo sem perceber e desculpe que lhe diga senhor Deputado Joaquim Marques, mas não precisamos que o Tribunal de Contas, nos venha dizer se os documentos estão bem ou mal. A Sr.^a Presidente da Câmara admitiu alguns erros logo na própria reunião e portanto, sabemos que há erros. Eles estão perfeitamente assumidos, aliás, basta que em relação a uma rubrica, nos documentos de 2004 dizia que era uma verba e agora se diz que é outra, logo, as coisas não batem certo.

Só não consigo é perceber, se estamos perante um problema de incompetência técnica, no sentido de as coisas não serem devidamente apresentadas, ou se de facto, a facilidade com que a vossa maioria aprova tudo, é responsável por um certo descuido. E portanto, isto na Assembleia Municipal, é uma coisa que acontece cinco a sete vezes por ano, é um aborrecimento, são duas, três horas de discussão, em que se aborrece um bocado a Sr.^a Presidente ou os senhores Vereadores, ou o Partido A



ou o Partido B. Mas depois dão-se umas explicações, chama-se incompetentes ou incoerentes a uns tantos, a Imprensa também não tem disponibilidade ou técnicos para comprovar aquilo que aqui é dito e também as coisas passam mais ou menos em claro e as coisas vão passando. Provavelmente, o Município nunca sentiu necessidade de um grande rigor, de um grande trabalho técnico, nomeadamente na apresentação das contas.

É obvio que a dimensão da nossa autarquia, do movimento financeiro que tem, somos uma capital de distrito, uma importante capital de distrito, devia exigir mais de todos nós. É lamentável, que em 2005, tenhamos que estar a discutir estas situações . Aquilo que seria óbvio que acontecesse, é que as nossas diferentes formas de ver os problemas, as nossas diferentes opções e prioridades, se manifestassem sob o ponto de vista político, deixar que as forças partidárias dessem a sua opinião acerca do investimento . Mas não!

Nós estamos numa fase ainda muito mais primária. O problema é que nós nem conseguimos ter democraticamente documentos, que nos permitam fiscalizar, saber exactamente qual é que é a situação financeira, como é que se deve, a quem é que se deve, etc. Por exemplo, começámos a discutir os custos do Estádio em cerca de quatro milhões de contos. Foi aqui garantido a pés juntos, que nunca por nunca poderia passar os sete milhões. Até me atrevia a perguntar, se alguém aqui sabe, quanto é que custou, mas certamente mais de catorze ou quinze milhões, com toda a certeza.

Compreendo às vezes certos desabafos, as pessoas a interrogarem-se se faz sentido virmos aqui, se faz sentido o erário público gastar por cada sessão e no conjunto das sessões, gastar o que gasta, pelo trabalho que aqui produzimos.

Acreditem nisto. Digo-vos, convictamente, que vocês não podem pedir mais das pessoas da oposição, porque a maioria estável que os senhores detêm, tem que ser responsabilizada pela forma como isto funciona, com a leviandade com que se aprovam documentos tão importantes, com a leviandade que se tem pretendido calar vozes incómodas. É preciso dizer basta, é preciso acabar com esta trapalhada, é preciso percebermos o que é que as contas dizem, o que é que se passa afinal neste Município.

Acho que é um momento triste que fica para a história e espero muito sinceramente, que não se repita. E devo dizer-vos que, ao longo dos mais de vinte anos consecutivos que tenho nesta Assembleia, já estive aqui como simples militante base



do PS, como Presidente da concelhia, etc., e nunca me passou pela cabeça, a possibilidade em momento algum, apesar de todas as dificuldades, de um dia a bancada do Partido Socialista se ausentar, com medo de discutir um qualquer documento, ou o que é que seria esse documento. É grave!

Obrigado.

DEPUTADO GÓIS MARTINS(PPD/PSD)

Boa noite!

Góis Martins, PSD.

Senhor Presidente da Mesa, Senhora Presidente da Câmara, senhores Deputados.

Esta minha intervenção, tem como objectivo, fazer uma declaração de voto, relativamente ao sentido do meu voto, no ponto três da Ordem do Dia, ou seja, aos documentos de prestação de contas da Câmara Municipal de Leiria, na sessão ordinária realizada no dia 28 de Abril .

O mesmo foi exercido no princípio da boa fé, face aos elementos apresentados e aos esclarecimentos prestados quer pela senhora Presidente da Câmara, quer pelo senhor Deputado do PSD, Olegário Angélico, ambos com formação superior na matéria, dado que não sou especialista neste assunto.

Assim, e como provavelmente se tivesse chegado à conclusão que os valores não estariam correctos o meu sentido de voto seria diferente, na impossibilidade, hoje, de alterar o mesmo, dado que votei a favor e está votado, venho declarar esse mesmo meu voto, politicamente nulo.

Tenho dito!

DEPUTADO ARMANDO CARDOSO(PPD/PSD)

Armando Cardoso, PSD.

Boa noite Senhor Presidente da Mesa, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas, Senhores jornalistas, Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Decidi fazer uma intervenção, não para falar das contas, não estive presente nessa Assembleia, mas faço confiança nos técnicos que as elaboram, que as explicam e que as colocam em papel. Se houve alteração, é de lamentar. Existem os tribunais competentes, nomeadamente o Tribunal de Contas, para fiscalizarem essas mesmas contas.

Quanto à minha intervenção, é mais dirigida ao senhor Deputado Luís Pinto.



O 25 de Abril deu liberdade a este País e às pessoas, para se manifestarem, com contentamento ou descontentamento. Não dá é o direito de fazer acusações, porque isto não é uma Praça Pública, mas uma Assembleia Municipal, e tem que haver respeito pelas pessoas e pelas decisões que tomam. E cada pessoa, terá que responder pela respectiva decisão e é responsável por ela. Agora, não lhe dá o direito é de e estou a agir em minha defesa e não da bancada à qual pertenço, fazer acusações nesse tom, em tipo de gozação, porque o senhor é que estava a falar a gozar. Quero dizer aqui ao senhor, para não voltar a acusar dessa forma, porque fica muito mal, já que apregoa a liberdade e a justiça. Fica-lhe muito mal fazer acusações dessa maneira e o senhor acusou uma bancada inteira. Acho que não tem esse direito.

Queria também dizer à senhora Presidente da Câmara que, em relação àquilo de que a estão a acusar, é preciso ter muita coragem e também quero dizer que, ultimamente tenho comido muita laranja e nenhuma delas está podre, todas elas ainda têm vitamina e muita coragem, e é preciso coragem para seguir em frente e trabalhar, porque trapalhadas toda a gente faz, é preciso é reconhecê-las. Eu sempre reconheci.

Vou terminar a minha intervenção e se algum dos meus colegas entende que eu deveria defender a bancada, eu não o faço, defendo-me a mim, porque em relação à defesa da bancada, haverá alguém a quem compete essa responsabilidade.

DEPUTADO JOAQUIM LAVOS (Presidente da Junta de Freguesia de Carvide)

Boa noite!

Joaquim Lavos, Presidente da Junta de Freguesia de Carvide, PSD.

Não era minha intenção intervir, mas, pelo que ouvi, não posso deixar de o fazer.

Fomos aqui acusados de má fé, e isso não aceito. Isto faz-me lembrar uma coisa que ouvi há muito tempo, uns trabalham, outros falam. É preciso respeito pelos Presidentes de Junta deste Concelho, que trabalham todos os dias, em prol das suas populações.

Já agora, quero lembrar, porque calculava que isto acontecesse, tirei uma fotocópia da minha intervenção na sessão de 24 de Setembro de 2003 e vou referir muito rapidamente, algumas das coisas que disse, acerca das contas de 2002, e dizia eu num parágrafo:



“ Antes de mais quero aqui esclarecer, que não concordo com a ausência de rigor técnico no Balanço. Estou à vontade para o dizer porque, pouco tempo depois da aprovação, tive a oportunidade de manifestar a minha opinião à Sr.ª Presidente da Câmara.”, que se quiser poderá confirmar. Isto está escrito.

O que quero dizer é o seguinte: Os meus colegas que votaram as contas, como cheguei a referir a um jornal, confirmaram os valores que lhes foram atribuídos. É que, para além do Balanço e da demonstração de resultados, há outras contas que lá estão. E já agora, posso também acrescentar, uma coisa que referi algures, *“certamente todos os que votaram no mesmo sentido, fizeram-no pela mesma razão, isto é, porque as suas contas estavam certas, pois para além da Nota Prévia e das explicações da Sr.ª Presidente da Câmara, os valores escriturados a favor das Juntas de Freguesia, correspondiam aos montantes que lhes foram entregues, no decurso do ano em causa.”*. Portanto, foi por isso que votei e se calhar todos os outros.

E antes de finalizar este preâmbulo, quero dizer aos colegas Presidentes de Junta, com a dimensão eleitoral idêntica à da minha, que fiquem tranquilos, porque não vão precisar de gastar sequer um cêntimo, do insignificante valor, inferior a trezentos euros, que recebem mensalmente das suas Juntas de Freguesia. Isto, porque não serão obrigados a fazerem-se Técnicos Oficiais de Contas ou a frequentar qualquer curso de Contabilidade, como poderia deduzir-se do que foi dito no jornal. É que, segundo sei, nenhum dos senhores Deputados desta Assembleia, ou da Assembleia da República, qualquer Primeiro Ministro ou mesmo o senhor Presidente da República, tiveram de fazer a prova da sua formação na matéria a que aludi.

E já agora, em jeito de “trapalhadas”, eu tive outra intervenção em 23 de Dezembro de 2004, também está escrito, em que foi levantada aqui uma questão, relativamente a um valor de transferências para a Câmara, que foi visto na Internet, cerca de dezasseis milhões de euros, e vi nas contas somado vinte e dois milhões de euros. Nessa altura vim aqui e perguntei se não era uma coisa que estava na folha seguinte, perfeitamente desdobrada e perfeitamente esclarecida.

Portanto meus senhores, cuidado com o que se diz e por isso é que no início desta minha intervenção, referi que, uns trabalham e outros falam.

Obrigado.

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.



Senhor Deputado Armando Cardoso, dentro das circunstâncias, acredite, ponderei bem a minha intervenção no sentido de não insultar ninguém. Agora quero-lhe dizer, que não tenho medo do seu tom ameaçador, e voltarei sempre a dizer aqui aquilo que acredito, aquilo que sinto, e, a sua ameaça não colhe junto de mim.

Não tenho medo, apesar da expressão "força", que utilizou muitas vezes, e laranjas e vitaminas, etc., que por mais que tenha, não tenho medo.

Obrigado.

DEPUTADO MANUEL JESUS CARVALHO (Presidente da Junta de Freguesia de Azoia)

Manuel Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia.

Também não tencionava vir aqui por outro motivo a não ser aquele que me trouxe, mas perante as acusações que foram feitas a alguns membros desta Assembleia, não poderia deixar de vir aqui, nomeadamente para me dirigir ao senhor Deputado Luís Pinto.

O senhor Deputado Luís Pinto acusou a senhora Presidente, de receber Presidentes de Junta...

Peço desculpa, senhor Deputado Luís Pinto, não foi o senhor, mas foi aqui referido por quem já não está cá.

Como estava a dizer foi aqui referido por um senhor, que faz o favor de ser meu amigo e é meu colega, que a senhora Presidente recebia Presidentes de Junta, para tratar assuntos do Partido, inclusivamente, que haviam pessoas que utilizavam o telefone da Câmara, para tratar desses assuntos. Não sei se isso é verdade ou não, ouvi. Ouvi também o senhor Deputado Luís Pinto dizer, que haviam membros desta Assembleia, que tinham uma dívida para com esta.

Quero-lhe dizer senhor Deputado, que se olhar para trás de si, a pessoa que proferiu essas acusações, veio assinar a sua presença nesta Assembleia e já não se encontra aqui. E quero-lhe dizer também que não tenho dívidas para com esta Assembleia porque, sempre que aqui vim, estive até ao final, nunca me fui embora. Cumpri o meu horário de trabalho e quando não vim também não recebi a respectiva senha.

Isto para lhe dizer que parece muito mal dizer que há dívidas para com esta Assembleia. Enfim, os horários são para se cumprirem, do princípio a fim e não para vir aqui e depois ir eventualmente tratar de assuntos políticos e de listas políticas, algures por aí. Tenho dito!



DEPUTADO JOSÉ SOARES(Presidente da Junta de Freguesia da Bajouca)

Boa noite!

José Ferreira Soares, Presidente da Junta de Freguesia da Bajouca.

Peço desculpa mas, já tinha pedido a palavra a um dos senhores secretários da Mesa, para intervir. Acho que estou no meu direito e também queria aproveitar, provavelmente será uma das últimas Assembleias em que estarei aqui, e com todo o direito de usar da palavra porque também sou um dos que me sinto ofendido com a intervenção do senhor Deputado Luís Pinto.

Aliás, nunca pensei que estivesse hoje tão entusiasmado, porque enfim, acabámos de assistir a um Governo que terminou funções porque eram só "trapalhadas", e, ao ver o do seu Partido, com tão pouco tempo de Governo, já tão atrapalhado, a senhora Presidente da Câmara que siga em frente. Qual é o problema? Então o senhor Ministro das Finanças, segundo se consta, também não se enganou? Se há enganar é para se corrigirem. Ou será que só alguns é que se podem enganar? Afinal aqui não se podem enganar e lá já se admitem os enganar, para as contas darem certas? Não vamos entrar nisso.

Agora o que quero aqui dizer é que, venho às Assembleias, quando posso, e estou aqui até poder. O facto de me ir embora daqui a pouco não é por falta de respeito a ninguém aqui, é apenas porque tenho de estar amanhã em Viseu às sete da manhã e tenho que ir dormir depressas. Portanto, venho quando posso e quando quero, porque também tenho o direito de querer, além disso já tenho o cabelo muito branco para estar a aceitar repreensões da sua parte, senhor Deputado Luís Pinto. Votei as contas e não estou arrependido por o ter feito, sem precisar de estar a olhar para o lado, a ver se o colega votava ou não; Votei conscientemente, convicto de que, quem as fez, fez o melhor que podia e sabia, se errou, haja alguém aqui que nunca tenha errado, levante o dedo, que dou-me por vencido.

Senhora Presidente, tenha coragem, porque se em Leiria e para Norte do Concelho não houver laranjas que não estejam estragadas, na Bajouca há lá muita laranja boa, para se apanhar e para se comer.

Desejo a todos muito boa sorte e uma boa noite.



DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

Não aceito o termo repreensão, porque não repreendi ninguém. Mas quero dizer ao senhor Deputado, que nós, ao termos aceite o mandato do povo e ao nos termos candidatado, penso eu e admito outras interpretações, que a única forma de respeitarmos quem nos elegeu, é estando presentes, e só por motivos de força maior, isso não acontecer. Não parece que razões políticas justifiquem, o provocar que uma reunião não aconteça.

Queria também dizer ao senhor Presidente da Junta de Azoia, o seguinte:

Lamento profundamente, que se tenha referido, nos termos incorrectos em que se dirigiu, a uma pessoa que se tenha ausentado. E devo dizer-lhe, que infelizmente, é uma norma que tem corrido ao longo do mandato desta Assembleia, pessoas virem aqui e ausentarem-se, independentemente do motivo, porque muitas vezes não sabemos qual é o motivo. Quis dar o exemplo e penso que até é uma das pessoas que sabe, que já em duas sessões que me atrasei, propositadamente não assinei a lista de presença, porque cheguei mesmo no final. E já agora, quero esclarecê-lo não só a si como a todos os membros presentes, que o senhor Presidente da Junta de Ortigosa, se ausentou porque está neste momento a decorrer a Assembleia de Freguesia da Ortigosa e quis fazer um esforço, que alguns colegas nomeadamente da sua bancada não fazem, em estar aqui uma parte para dar o seu contributo e deixar aqui o seu testemunho. Parece-me de mau tom e de muito mau gosto, a sua intervenção, porque poderia ter aguardado pela próxima sessão, mas não, teve logo um colega da sua bancada a dizer que também tinha que sair mais cedo por afazeres. Não foi justa a sua intervenção, não foi correcta, porque como disse na minha primeira intervenção, queria olhar-vos “olhos nos olhos” e dizer-vos aquilo em que concordo e em que discordo e aquele que é o meu pensamento. Não devemos levemente dirigirmo-nos a pessoas ausentes, porque depois podemos cair nesse risco, deixar no ar que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Ortigosa teria vindo aqui fazer uma intervenção, assinar e ir-se embora. Não foi isso que aconteceu.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado senhor Deputado!

Vou dar a palavra à senhora Presidente da Câmara.



PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Muito boa noite, mais uma vez.

Começava por esclarecer algumas das questões que me foram colocadas e percebi que as pessoas queriam ser esclarecidas.

A primeira foi em relação ao aeródromo do Falcão. Efectivamente como é conhecido, o aeródromo do Falcão, não é um aeródromo municipal, pertence a um clube. Está instalado nos Marrazes, numas condições que não efectivamente as melhores, é público. É atravessado por um caminho público, que não tem trânsito significativo, mas tem algum trânsito, nomeadamente de acesso a algumas pedreiras que ficam para lá do aeródromo, e isto é mais que evidente, que não está em condições que se considerem boas. Há um grande cuidado do ponto de vista de segurança, e portanto, quando há qualquer movimento no aeródromo há o destacamento das forças de segurança e as cancelas do referido caminho são fechadas, logo há aqui uma garantia de segurança. No entanto, volto a dizer, não está de maneira nenhuma nas melhores condições.

Foi sempre uma preocupação desta Câmara, junto de respectivo clube, encontrar soluções alternativas de reinstalação do aeródromo.

Entendeu-se, depois de variadíssimas hipóteses, que a hipótese se com mais viabilidade seria nos Milagres. Está escolhido o sítio, há autorização da aeronáutica civil, há um parecer da CCDR, que também se pronuncia sobre este tipo de coisas, a qual também dá alguns indícios de que poderá ali ser localizado, e neste momento estão a ser levadas a efeito reuniões com os proprietários, no sentido de virem a ser comprados pelo clube, com a ajuda da Câmara, os respectivos terrenos. Portanto, a perspectiva é que venha a ser possível e venha a ser realidade, a realocação fora daquele espaço e bastante próximo da sede do Concelho, com boas acessibilidades.

Outras questões que aqui foram colocadas, sobretudo pelo Deputado Manuel José Carvalho, queria dar uma explicação, nomeadamente em relação à questão das telas.

Eu tinha aqui referido que uma das hipóteses era a substituição daquelas telas por telas publicitárias. E o que aconteceu foi que, ao analisar-se o contrato que tinha sido elaborado com o fornecedor das telas, verificámos que, o fornecedor era obrigado a manter as telas nas devidas condições, durante o prazo de dois anos. Como tal, pensámos que não fazia sentido e foram dadas essas orientações à Leirisport,



prescindir dessa obrigatoriedade por parte dos fornecedores e portanto, o processo negocial avançaria numa fase posterior. O problema foi que, quando se requisitou o fornecedor das telas para a respectiva manutenção, ele não cumpriu o que estava contratado. Neste momento, a Leirisport está a envidar todos os esforços, do ponto de vista judicial, etc., para que haja uma responsabilização directa do ponto de vista contratual, por incumprimento. Houve até uma situação de certa forma caricata, porque foram colocadas as telas, o próprio tecido está lá no espaço do topo Norte, e única e simplesmente não fizeram a colocação.

Foi esta a explicação, não agradou a ninguém, tem toda a razão quando diz que não ficou bonito, compensou tudo o resto que se passou em relação à Taça da Europa de Atletismo, o Estádio muito bem composto, a divulgação por vários órgãos de comunicação, até televisiva, quer nacional quer estrangeira, e portanto acabou por compensar. Não correu bem, evidentemente que quando não corre temos que dizer e estamos aqui para corrigir aquilo que não correu bem.

Em relação à nota que deixou sobre a questão do policiamento ali na zona dos CTT, na Rua de S. Tiago, vamos novamente insistir porque, já vimos que só nutre efeitos práticos quando falamos e é isso que vamos fazer de novo.

Relativamente à intervenção do senhor Presidente da Junta da Ortigosa, é pena que ele não esteja presente. Mas, não posso deixar de referir aqui só duas notas.

Quando o ouvimos falar, provavelmente alguns dos senhores Deputados devem ter ficado com a ideia que o Museu, onde a Câmara com apoios comunitários investiu o dinheiro que ele aqui referiu, não era na Ortigosa ou parece que é um aborrecimento que aquilo seja na Ortigosa. É uma grande mais valia para a terra, mas realmente é um grande aborrecimento, aliás, neste momento, dava-me um prazer maior que o Museu não fosse na Ortigosa, confesso. Foi um investimento significativo, uma mais valia para a freguesia, um investimento do ponto de vista cultural de uma enorme originalidade, uma pessoa individual que doou aquilo à Câmara para Museu, e vejam lá que é um aborrecimento enorme, porque é na Ortigosa.

É realmente lamentável e por vezes passa-nos uma situação de injustiça e muito grande, porque não tenho dúvida nenhuma, que qualquer outra freguesia deste concelho gostaria de ter uma coisa daquelas. Pela sua originalidade, pela qualidade com que está a ficar, e sobretudo porque do ponto de vista patrimonial, nada custou à Câmara, nada custou à freguesia. Só temos que agradecer a quem tomou esta iniciativa, pelos vistos o senhor Presidente da Junta não está muito agradecido, fez



aqui afirmações de certa maneira indelicadas, para a família que doou o Museu, afirmou aqui publicamente e eu repito, que foi proposto o nome de uma das pessoas da família fosse dado a uma rua da Ortigosa e não foi aceite. Realmente é de lamentar e dir-lhe-ia isso mesmo se ele aqui estivesse. É campanha eleitoral, o senhor Presidente da Junta tem ambições legítimas, mas ao mesmo tempo que as tem, também deve fazer os ataques políticos de uma forma legítima, sem estar a pôr em causa pessoas, que com uma atitude benemérita, têm feito bem ao Concelho.

Uma nota final ao senhor Presidente de Junta da Ortigosa, que referiu também que eu não recebi o clube Ribaliz. Efectivamente não recebi mas o clube Ribaliz foi recebido pelo senhor Vereador Fernando Carvalho e pelo senhor Vereador Daniel Pereira. Não tenho que estar a receber sempre todos os clubes, mesmo assim, toda a gente sabe que faço os possíveis e os impossíveis para receber todas as pessoas.

Houve uma impossibilidade da minha parte, e nessa sequência foi recebido por dois Vereadores, portanto julgo que ficou a Câmara muito bem representada.

Uma nota final, relativamente à questão das contas, mais uma vez.

Foi perfeitamente claro e assumido, quando foram discutidas as contas, não só do ponto de vista escrito como do ponto de vista verbal, que os documentos de prestação de contas não eram totalmente completos. Havia dois documentos, a demonstração de resultados e o Balanço, que não eram completos. Expliquei porquê, não tinham sido feitas ainda as avaliações todas, do património do Município, e como tal, as amortizações não estavam ainda todas incluídas. Isto foi assumido, foi dito até que é normal que isto aconteça nos anos de introdução e de afinação do POCAL, foi dito inclusivamente que é normal que isto aconteça em variadíssimas Câmaras do País, portanto, nada foi escondido. Há dados incompletos, há dados que tiveram de ser corrigidos, de ano para ano, foram feitas reclassificações e foram feitas correcções contabilísticas. Não há aqui, nada a esconder!

Mas se acho perfeitamente normal e justo que hajam aqui observações do tipo que isto seja dito, é pena que não estejam as contas todas direitinhas, que não esteja tudo completo, etc., é perfeitamente normal que as pessoas o digam, até do ponto de vista político é normal. Agora, o que acho muito de lamentar é que, sejam aqui feitas afirmações de suspeitas e de má fé. Isso é que acho muito, mas muito lamentável. Se houvesse aqui intenção de esconder fosse o que fosse, ou qualquer intenção de má fé, naturalmente que estas observações não tinham sido escritas e ditas, tinham sido escondidas. As contas são públicas, podem ser vistas e analisadas



por quem quiser, uma coisa é certa, não são os analistas ou contabilistas privados, que conhecem mais de contabilidade pública do que conhece o Tribunal de Contas. Senão vejamos, que não há no País, ou há muito poucos especialistas que percebam de contabilidade pública, sobretudo o POCAL. Trata-se de uma contabilidade nova, e por outro lado, ouvindo algumas intervenções que aqui foram feitas, fica-se com a ideia que, se calhar, cada Câmara precisaria de um Revisor Oficial de Contas para apresentar as suas contas. Não é assim. Não precisam porque a contabilidade pública é fiscalizada, é analisada, é conferida e são feitos os respectivos reparos pelo Tribunal de Contas. Naturalmente, conforme aqui já foi dito, se o Tribunal de Contas entender devolver algum documento, até hoje não foi devolvido qualquer documento de prestação de contas da Câmara, ou que são precisos esclarecimentos adicionais ou ainda que é preciso corrigir alguma coisa, com a mesma humildade que aqui estamos a dizer isto, o faremos. Agora, transformar isto num caso político, é como dizia o Deputado Luís Pinto, e muito bem, é de lamentar porque parece que não há mais conteúdo para falar.

Esta Assembleia é um órgão político, seria importante que aqui fossem discutidos assuntos importantes para o interesse do Concelho, e temos infelizmente ainda muitos por resolver, é verdade, temos alguns a nível de acessibilidades, outros em termos de ambiente, sem dúvida nenhuma, há muitas coisas importantes para discutir, seria importante que sentíssemos aqui, nós Câmara, esse apoio político, de força para resolver esses problemas de índole geral, de natureza de interesse colectivo, e não estas minudências, quando há boa fé e transparência.

Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Vamos passar ao período da Ordem do Dia e pedia também ao senhor 1º Secretário, Deputado Paulo Reis, que entretanto já se encontra presente, para tomar as suas funções.

ORDEM DO DIA

- 1. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO, nos termos da alínea e), do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;**



Estão abertas as inscrições!

Não há inscrições

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por unanimidade tomar conhecimento do Relatório de Actividade do Município e do Relatório Financeiro.

2. PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA –Apreciação, discussão e votação;

Estão abertas as inscrições!

Não há inscrições para este ponto. Vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea s), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, delibera por unanimidade aprovar os Protocolos de Delegações de Competências, nas respectivas Juntas de Freguesia.

3. TAXA DE CONSERVAÇÃO DE SANEAMENTO – FIXAÇÃO DA DATA DE COBRANÇA EM NOVEMBRO - Apreciação, discussão e votação;

Estão abertas as inscrições!

Não há inscrições para este ponto. Vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea e), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, delibera por maioria, com seis abstenções, aprovar a fixação da data de cobrança da Taxa de Conservação de Saneamento, em Novembro.



PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Senhoras e Senhores Deputados, chegámos ao fim dos nossos trabalhos.

Antes de terminar e tal como anunciei no início da sessão, vou dar a palavra ao munícipe, senhor António Fernandes, pedindo-lhe que seja breve.



PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

(nos termos do n.º 6, do art.º 84º da Lei n.º 169/99, de 18/99
com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01)

ANTÓNIO FERNANDES (MUNÍCIPE)

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, estou há duas horas à espera. Peço-lhe que me dê algum tempo.

A minha razão de vir aqui, emerge da Câmara nunca me responder, aos requerimentos e exposições feitas.

Mas antes de mais, quero cumprimentar a senhora Presidente da Junta de Freguesia da minha terra, com quem fiz o apaziguamento, no dia 8 de Maio.

Começo por esclarecer todos os presentes, de coisas que considero importantes.

Primeiro, não tenho simpatias religiosas, mas sou um homem crente e de fé. Tão pouco me identifico com qualquer Partido político, tenho sim, simpatias por pessoas de vários quadrantes, e, às quais respeito, pois estou plenamente convencido que, nem todos andam a depenar o meu País. O mesmo é dizer que, roubá-lo. Isto quer dizer que, há gente séria na política e no meu País.

Não posso deixar de dizer que, a grande maioria dos políticos, entrou na política de tanga, isto citando o José Manuel Barroso, e passados alguns poucos dias, estão devidamente equipados.

A calamitosa situação em que a minha cidade e todo o meu País se encontra, não é recente, pois teve o seu apogeu, em 1987, conforme documento que aqui possuo, datado de 8 de Agosto, de 2002 (Correio da Manhã).



Ex-Deputados em Tribunal. Foi tudo arquivado. Só o Guilherme da Silva é que entregou os dois mil contos à Assembleia da República, está aqui.

Fiquei estupefacto, para não dizer quase estúpido, quando alguns intelectuais, ou se calhar pseudo-intelectuais, da minha cidade, me comentavam as contas da Câmara. Não haviam batido certas. Com ironia respondi-lhes: surpreendia-me era se elas estivessem certas! Terminei dizendo-lhes, que afinal, o meio intelectual, anda pela rua da amargura, porque a memória colectiva, é muito limitada, por não terem consciência, que a minha cidade e o País, se encontram num imenso labirinto, em termos económicos e de gestão, porque se tem verificado, que Portugal, não tem sido gerido por administradores competentes. É óbvio que estou a passar um certificado de incompetência, de estupidez a alguns.

Senhora Presidente, Isabel Damasceno Campos Costa, é mais fácil criticar que fazer, não lhe invejo o lugar.

Em democracia também está implícito ouvir os outros, nem que seja um cidadão esfarrapado. Agradecia que me deixassem terminar!

Em 28 de Fevereiro, em reunião privada, duas coisas lhe pedi:

1º - A recuperação do que resta da réstia, da Fonte Quente;

2º - Pedi-lhe que prestassem, isto é a Câmara, uma homenagem ainda, simples, ao último ardina de Leiria, o Augusto -Jornais.

Até à presente data, os meus pedidos foram insatisfeitos e Vossa Excelência disse - Amen!

Sobre a fonte, irão dizer-me que a obra não está terminada. Hoje estive lá às seis da manhã. Quanto ao ardina, garantidamente será por ser um entre tantos como eu, considerado e tratado, como marginal. Assim, talvez possivelmente a simpatia política não se encaixa com a da Câmara.

Mas permita-me aqui e agora, trazer-lhe um pensamento datado de 1701, de Bellost: *" O que é novo, tornar-se-á velho, assim como o velho, também já foi novo, um dia. Não é o tempo que dá valor às coisas, o que lhe dá valor, é apenas a excelência que possuem. "* Disse!

Ora pegando neste pensamento, atrevo-me a dizer-vos que, na política, tal não tem existido, porque a excelência não existe, no vosso léxico.

Senhora Presidente, Isabel Damasceno Vieira de Campos Costa!



Não gostaria de modo algum, dirigir-me à Presidente da Câmara, como sabe. Eu sei, que ainda sou dos poucos, que consigo dar alegria ao seu rosto. Permita-me, terminar com algumas perguntas e reparos.

Senhora Presidente, responda-me por favor, qual a razão que vos levou a marginalizar os deficientes? Agora começo a ficar irado! Dado que, quem sai do jardim municipal de Leiria, e atravessa a estrada em direcção ao recinto da Fonte Luminosa, não tem condições de acesso, rampa, para quem tem de locomover-se em cadeiras de rodas. Quer que repita? Ouviu!

Considero de extrema gravidade e da maior falta de respeito, para com estes seres humanos, caso para dizer - Oh democracia! .

Gostaria que V.Ex.a, humanamente e não politicamente, me respondesse à seguinte questão, esta para mim é sagrada, e a senhora sabe, Senhora Presidente, e quem me conhece sabe, o quanto eu odeio a cathedral do futebol, mas isto não tem a ver concretamente com esse meu ódio:

Porque carga de água, oferece bilhetes às crianças e familiares, para o futebol? E em contrapartida, tem de pagar entrada nas piscinas.

Olhe, quanto a mim senhora Presidente, meter menores nos campos de futebol, é jogá-los para o mundo da violência, porque o futebol hoje é, uma violência atroz, as crianças, devem estar inseridas no seu próprio mundo.

Senhora Presidente, tenho sessenta e um anos de idade, sempre e sempre estacionaram carros, desde que me lembro, em frente à Igreja de Santo Agostinho, e no Largo do Infante, a atitude impensada agora tomada pela Câmara Municipal, de irradiar qualquer estacionamento é algo de violento e atenta contra os direitos dos moradores que não possuem garagem e não só, mas também, arruinando o comércio local. E defendo a minha dama e sou honesto em dizer, que é o único café que frequento, mas paro lá sempre e não pago multa nenhuma. Fiquem cientes.

Vou terminar senhora Presidente, porque me quero dirigir a mais duas pessoas, colocando-lhe mais uma questão:

Porque razão a Câmara, nunca me respondeu às exposições e requerimentos apresentados em 29 de Novembro de 2004? A democracia senhora Presidente, e penso que temos aqui entre nós, um homem a quem não me vou dirigir, que muito sabe de política, que é o Vítor Lourenço. Ele sabe, isso tenho que lhe fazer jus!

A seguir é a senhora, a senhora é muito boa política. E se alguma vez desejarem um confronto político, estou disponível. Mas eu sei que não vai querer.



É que a única resposta que possuo, diz-me nas entrelinhas, que os senhores são os juizes em causa própria. Não será demais repetir, as questões atrás evocadas, às quais gostaria que me respondesse senhora Presidente:

Primeiro, a réstia da Fonte Quente. A senhora vai ou não vai recuperar o que resta? Porque era histórico, tinha uma história, e quem está aqui com sessenta e mais anos sabe que sim, que a Fonte Quente tinha uma história muito emblemática para a cidade de Leiria.

O ardina, o Augusto-Jornais. Possivelmente até acredito que ele seja comunista, nunca lhe perguntei. Mas será por isso? Será?

Pois olhe, então, lamento dizer-lhe, que o primeiro comunista foi Cristo!

A rampa da Fonte Luminosa, senhora Presidente! A não ser que a senhora me peça ajuda e vamos os dois transportar gratuitamente.

O estacionamento de Santo Agostinho. Pois sou contra a chulice. Não pago parques a ninguém, sendo Leiria que tem os parques mais caros de Portugal.

Já agora, justifique-me por favor, a ausência de fiscalização no mercado, particularmente na área do peixe, onde já comprei peixe podre e estive lá a envolvê-lo.

Sabe senhora Presidente, sei muito bem que está para ser intervencionado um projecto de obra, no Mercado. Mas isso, não desculpa a falta de fiscalização, o peixe não se sabe o preço. Ou seja, depois de Janeiro de 2001, cada um começou a roubar por onde quis. Não há preços.

Já agora, permita-me que lhe leia, a única resposta que me deu à acta n.º 39, à minha reclamação. Eu ri-me, mas olhe que houve alguns intelectuais que não perceberam nada daquilo. Mas eu percebi. Vou ler:

“ Em 13 de Dezembro de 2004, apresentei uma exposição à Câmara, na qual pedia a rectificação da acta, porque foi nesse dia dito por mim, que “o único prazer que tinha, e a única alegria, é que as quatro paredes deste nobre e leal salão, não tinham sido testemunho provavelmente de todos os partos. Está aqui, assinado pela Câmara e vou-lhe mostrar, está aqui a sua resposta.

E a resposta é muito engraçada, ri-me:

“ Excelentíssimo Senhor

António dos Anjos Fernandes

Assunto: Requerimento e exposição à acta n.º 39 de 29 de Novembro de 2004



Relativamente ao assunto em epígrafe e de acordo com o n.º 2, do artigo 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, estabelece que o Quadro de Competências, assim como o Regime Jurídico de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias, serve o presente para informar V.Ex.a:

- *de cada reunião ou sessão é elaborada acta que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando designadamente os assuntos apreciados, decisões e deliberações tomadas. “*

Subscreve a Presidente da Câmara Municipal de Leiria, Isabel Damasceno Campos.
Senhora Presidente!

Sabe que eu gosto de brincar com coisas sérias. Isto é ser juiz, em causa própria. A senhora não diz que é mentira a minha exposição. Grato por isso, porque é verdade, eu disse-o.

Terminei. Se quiser responder faça favor, porque quero depois dirigir-me ao senhor Eng.º Fernando Brites de Carvalho e depois à Vereadora ...

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Senhor Fernandes, pode continuar porque não há respostas!

ANTÓNIO FERNANDES (MUNÍCIPE)

Ah! Não há respostas. Afinal tenho razão.

Continuando, teceram uma teia em torno do esfarrapado manto da democracia, que o cidadão comum, não a consegue vislumbrar. Eu consigo com um olho canónico e não vou à Igreja.

Mas queria chamar à atenção dos três, para o seguinte:

Se houver uma mentira que eu diga aqui, agradeço que se levantem e o denunciem. O contrário pressupõe, que não há uma única mentira e nisso, a senhora sabe que é verdade, que eu não minto.

Senhor Vereador Fernando Brites Carvalho!

Dirigi-lhe...

Os senhores estão a brincar e eu posso-me passar e então “partir a loiça”, porque eu venho sempre munido. Cuidado, porque na acta n.º 39, eu recordo que, a senhora Presidente da Câmara, não era a Isabel Damasceno, era a Presidente da Câmara, disse-me para dar uma conferência de Imprensa porque estavam aí os jornalistas, e eu, fiquei irado e ripei-lhe de outro documento. Recorda-se?



Como sabe, em questão de memória, dificilmente me ganham.

Em 12 de Junho, entreguei uma carta, tipo carta aberta, ao senhor Vereador Fernando Brites de Carvalho, e terminei com bastante educação, aliás, penso que foi a única.

Senhor Vereador, em 20 de Dezembro, está aqui carimbado pela Câmara se tiverem dúvidas, comprometeu-se V.Ex.a, perante a minha pessoa, com o arranjo e embelezamento do recinto junto ao restaurante "Pipo Velho", nos Marrazes. A obra foi iniciada.

No passado dia 25 de Maio, do ano em curso, V.Ex.^a garantiu-me, aí na Câmara, que no início do mês em curso, terminaria a obra. Acha que tem salvo a honra do convento?

Pois a sua colega Neusa Magalhães, bem podia levar para casa dela, a porcaria que mandou fazer, e o pseudo-banco que lá mandou colocar (por acaso, segundo um médico me disse, era bom para o hemorroidal, para se coçarem), pois Marrazes não é a rádio de Trás-os-Montes.

A carta dirigida ao senhor Vereador diz o seguinte:

"Senhor Eng.º Fernando Brites de Carvalho

Vossa Excelência é membro do Conselho de Administração dos SMAS.

Pois bem, diga, peça, ordene ao incompetente Director de tal serviço, que mande ou proceda à limpeza do reservatório de água dos Marrazes, pois desde o abate dos pinheiros, em 27 de Maio, não limpam o lixo que emergiu em consequência do abate. Não será demais ele reler, os relatórios da autoridade de saúde, e espero que da sua parte, preste melhor acolhimento ao exposto.

Sem outro assunto de momento, subscrevo-me com estima."

Não me respondeu! Começaram hoje a fazer o acabamento da obra.

Mas foi-me também prometido, em 20 de Dezembro de 2004, que aproveitavam as obras, para arranjam o local dos contentores de lixo.

Se estiver a mentir, levante-se e diga que sou mentiroso.

Tenho por si, alguma consideração e vou-lhe dizer uma coisa.

É triste, é vergonhoso e tenho pena que não esteja aqui, o Presidente da Junta de Freguesia da Bajouca, para lhe dar os meus parabéns, porque realmente, a terra dele está belissimamente arranjada. O mesmo, infelizmente, e se calhar por limitações de ordem política, a Presidente da Junta de Freguesia da minha terra, não pode fazer mais.



Mas tive o cuidado, em 8 de Maio, em reunião privada com ela e com a senhora Isabel Damasceno Vieira de Campos Costa, de lhes dizer, que não havia entre a Junta e a Câmara, uma articulação. E já muito poderiam ter feito, mas nada está feito.

Espero, que não vão aproveitar a campanha eleitoral, porque isso não dignifica nada. As campanhas eleitorais, são uma altura de elucidar e nós portugueses, politicamente, precisamos de ser esclarecidos, eu pessoalmente, não sei nada de política. E não deve ser uma campanha de aliciar.

Terminei a minha intervenção em relação ao senhor Vereador Fernando Brites de Carvalho. Espero, que tire de lá o banco, porque segundo me parece, não há ninguém nos Marrazes, que sofra de "hemorroidal".

Vou-me agora dirigir, à senhora Vereadora Neusa Fernandina Magalhães.

Senhora Vereadora, assumo aqui publicamente e já a pintei em tela, que a considero a "mestrina " da Câmara. E digo isto publicamente, porque uma das coisas que não tenho é medo. Nem dos políticos nem de ninguém, porque já o estou a viver há dois anos por acréscimo e por isso, tenho a liberdade de dizer aquilo que me vai na alma. Mas dizendo a verdade, porque uma das coisas que abomino, é a mentira.

E vou-me dirigir a si. Na exposição que lhe mandei, pedi-lhe que me respondesse direito, porque é licenciada em direito, não me podia responder torto. Mas que me respondesse e não respondeu! A senhora teve um bom Mestre em Direito, o seu patrono era dos melhores advogados em Leiria e dos mais conhecidos, João Miguel Henrique Barata Inácio, perdão, estava a confundir com outro "gajo"...

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Senhor António Fernandes, o senhor começou mal esta Assembleia, porque disse...desculpe, agora estou eu a falar.

ANTÓNIO FERNANDES (MUNÍCIPE)

Desculpe, não ouvi.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Então se não ouviu, preste atenção.

O senhor começou esta Assembleia dizendo que esperou duas horas e um quarto para falar. O senhor poderia esperar quatro ou cinco horas. Dei-lhe a palavra.



Peço-lhe, que exponha as suas questões, mas que não use terminologia que não deve ser utilizada aqui nesta Assembleia e nesta casa. As palavras "gajo" e o "outro gajo", não são terminologia para aqui.

ANTÓNIO FERNANDES (MUNÍCIPE)

Peço desculpa, senhor Presidente.

Senhora Vereadora Neusa Fernandina Magalhães, na primeira semana de Outubro de 2004, a senhora acompanhada com a sua colega Marta, e em substituição da senhora Presidente da Câmara, que me telefonou a pedir se não me importava porque ia para um julgamento, a senhor foi comigo visitar o "Gueto Nómada" – o bairro dos ciganos. Recorda-se?

Nesse mesmo dia, prometeu-me a senhora nos Marrazes, que iria colocar lá ecopontos, em Outubro do ano passado. Até hoje, zero.

Não posso deixar de ler, a exposição que apresentei, nesta Câmara, em 30 de Maio de 2005, dirigida a V.Ex.a, e isto porque a minha terra está renegada ao abandono, também à qual, fazendo jus às outras, nunca me responderam:

" Ex.ma Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Leiria

Neusa Fernandina Sobrinho de Magalhães

Assunto: Protesto contra a demagogia

Hoje, cerca das dezanove horas, não gostei da forma arrogante e autoritária como me falou ao telemóvel. Prometi-lhe escrever, cumpro as minhas promessas.

Desde Outubro de 2004, que a senhora prometeu colocar ecopontos junto ao reservatório de água dos Marrazes, até à data zero;

Desde 20 de Dezembro do ano de 2004, que foi prometido o arranjo junto ao "Pipo Velho", está por acabar.

Será lá para as eleições?

A venatória não emite caça ao voto. "

Em abono da verdade, senhora Vereadora da Câmara Municipal de Leiria e senhora Presidente da Junta de Freguesia dos Marrazes, digam à gente da minha terra, que o abate dos pinheiros, estava por vós agendado para o dia 6 de Junho. Mostrem a



resposta que a Junta recebeu do Delegado de Saúde em 11 de Maio de 2005, digam-lhes a verdade, a razão porque tiveram de abater os pinheiros, no dia 27 de Maio. Digam a verdade.

Só vos resta construírem o novo reservatório, sabe porquê? A gente da minha terra é humilde, mas não é estúpida. Já abriram a "pestana", os olhos e sabe que mais senhora Vereadora Neusa Magalhães, a minha aldeia é a maior freguesia do Concelho e a mais maltratada por vós, políticos. Têm abusado dos brandos costumes da humildade. Diga o quanto foi doloroso terem de se vergar e abater os pinheiros, a vingança e as escapatórias duraram um ano e treze dias; Jogaram mal o jogo de ping-pong, escolheram mal o adversário, pois eu não sou predador.

Avisei-vos, menosprezaram-me. Sou o elo mais forte. Quantas vezes mais terei de vos provar?

Sabe senhora Vereadora e respectiva edilidade camarária e Junta de Freguesia dos Marrazes, a alma de pintor e de poeta, não se compra nem se herda, é inato, é dádiva divina.

Perguntem às gentes da minha terra, as promessas feitas por vós e não cumpridas. Caso para dizer, filosofia política.

Se tiveram dinheiro para construir o vosso campo de futebol, a desgraça de Leiria, arranjem dinheiro e arranjem a minha aldeia, que nada vos deve, pelo contrário.

Querem exemplos? Peçam-mos e vos darei em Assembleia Municipal. Convoquem-me, gosto de desafios difíceis. Não sereis vós, por certo.

Não esperem pela campanha autárquica, a minha aldeia merece mais respeito, zelo e higiene. Sou a verdadeira voz contra vós. Os políticos têm de mudar de fatiota, comportamento, tudo farei no pleno interesse da dignidade humana, para que Marrazes, não seja apenas fonte de caça ao voto.

Não olvidem, estou vivo.

Vou terminar, dizendo-vos, que não tenho simpatias religiosas. Encontro-me numa posição confortável, sabe porquê? A minha alma não se vende. Esta é garantidamente a maior riqueza que o ser humano pode possuir e eu tenho-a .

Exijo-vos respeito e escusado será pedir resposta, os senhores fogem à acareação, escudam-se com o manto da tão maltratada democracia. Não se pode agradar a gregos e a troianos. A verdade não pode ser escamoteada, tem de haver mais frontalidade e respeito na política, a verdade deve pesar na consciência e não ofender.



Resta-me saber se, conhecem a voz secreta da alma. Seguramente que não!
Os valores em que acredito, estão à margem de qualquer Partido político, não me vergam. Contra a mediocridade, só a morte me calará.

Acabem com as promessas de campanha. Façam obra nos Marrazes, pois a minha aldeia merece o vosso respeito. O voto já não se compra, sois indignos do meu!

Senhora Vereadora, na minha exposição apresentada nessa Câmara em 28 de Março do ano em curso, na folha 3.2, alertei-vos que passaria a jogar o vosso jogo.

Tenho ou não boa memória?

Estou disponível para o confronto político, se me provocarem e o desejarem. A senhora Vereadora é licenciada em Direito, não me responda torto. Mas responda-me, sem subterfúgios.

Apelo a que honrem a vossa palavra, zelem pelos Marrazes, não me desafiem. Não se escudem com a toga ou com o esfarrapado para alguns, o manto da democracia. Mas respondam-me!

E na verdade, senhora Presidente e senhor Presidente da Assembleia Municipal, peço desculpa se roubei tanto tempo, mas há sessenta e um ano, que sou natural de Leiria, acho que devia ter direito a estes minutos.

Gostava de ver o meu País diferente. Falou-se aqui em contas, eu também chamei isso à coacção. Devo dizer que em 1968, senhora Presidente da Câmara Municipal de Leiria, Isabel Damasceno Vieira de Campos Costa, a única Câmara no País, que tinha dinheiro para pagar a tempo e horas, era a de Leiria. Sabia? Não!

Quero meter aqui um preâmbulo, para terminar senhora Presidente, permita-me.

Eu sei que sou incomodativo, mas a senhora não tem tipo para carcereira, o seu pai é foi Director-Prisional. Mas quero-lhe pedir o seguinte:

Não me tentem acorrentar e tratem-me com dignidade e respeito e zelem pela minha terra. A única vingança que os políticos podem fazer-me, é nunca arranjamem a minha rua, de resto, mais nada.

Não estou contra a Presidente da Junta dos Marrazes, não estou. Porque sei, de certa forma, que ela também tem pouca capacidade de manobra. Mas se ela fosse do PS, a minha aldeia já estava arranjada. Não quero com isto que ela mude.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado senhor António Fernandes.

Boa noite a todos e até à próxima sessão.





ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 00.30 horas, mandando que de tudo para constar, se lavrasse a presente acta, que eu, Teresa Paula Ribeiro dos Santos Pinto, Assistente Administrativa Especialista, lavrei e subscrevo.-----



APROVAÇÃO DA ACTA

De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal na sessão de ordinária de 29 de Dezembro de 2005, deliberou por _____, aprovar a acta .-----
Leiria, aos 29 dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e cinco.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

(José António Sousa e Silva)
A Assistente Administrativa Especialista

(Teresa Paula Pinto)